

A viagem filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira pela Capitania do Rio Negro: fisiografia e descrições territoriais no Brasil setecentista

DOI: 10.54446/bcg.v11i2.539

Lucas Pellegrini Elias¹, Leandro Di Genova Barberio²

Resumo

Entre os anos de 1783 e 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira realizou a mais importante expedição científica empreendida pela Coroa lusitana para reconhecimento e domínio de suas colônias além-mar. Em sua expedição pelo interior do Brasil, o naturalista teceu análises a respeito do uso e ocupação do território, elaborou descrições etnográficas e efetuou coletas de materiais dos reinos mineral, animal e vegetal, percorrendo no período em que esteve à frente desta empreitada, aproximadamente 40.000 km. Buscou apresentar os diversos aspectos naturais e sociais do território brasileiro, elaborando memórias e descrições das paisagens e de cada região que investigara. Este estudo tem por objetivo analisar as principais contribuições dos seus relatos de viagem, as intencionalidades desta expedição e a importância de suas descrições elaboradas.

PALAVRAS-CHAVE: viagem filosófica, naturalista, expedição, diário, memórias.

1 Geógrafo e Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Rio Claro. E-mail: geo.lpelias@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5637-1968>.

2 Graduando em Geografia pela Unesp Rio Claro. E-mail: leandro.g.barberio@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5896-2315>.

Introdução

As manifestações literárias e ideológicas, sobretudo os relatos e diários de viagens produzidos por viajantes, aventureiros e especialmente, naturalistas, se mantiveram presentes nas mais variadas escolas geográficas. Anteriormente à sua sistematização como saber científico nos meados do século XIX, teóricos do conhecimento geográfico já buscavam explicitar e concretizar o seu objeto de estudo por meio de métodos e variadas maneiras de representações no espaço, especialmente nas manifestações humanas relacionadas ao meio no decorrer dos séculos (MORAES 1989, 2007).

As viagens de exploração realizadas por naturalistas a partir do século XVIII foram motivadas por grande interesse pelo estudo das ciências da natureza e dos novos territórios, com intuito de descrever, catalogar e classificar os fenômenos naturais. Estas condições proporcionaram as formações metodológicas da construção epistêmica da geografia moderna e as bases de entendimento da formação territorial destes novos espaços e seus recursos naturais (FREITAS, 2004).

As expedições realizadas pela Coroa portuguesa e seus interesses mercantilistas, demonstraram o propósito de mapeamento e reconhecimento das estruturas naturais existentes em territórios sul-americanos e em colônias no continente africano (MOREIRA LEITE, 1995). Nesse quesito de uma abordagem colonial sobre a busca de recursos minerais e materiais de propósito lucrativo, a monarquia portuguesa patrocina essas expedições no território brasileiro, com o intuito de estabelecer uma soberania política e econômica em relação aos territórios a serem explorados, visando mapear suas riquezas e buscando compreender as preocupações de caráter estratégico.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), então membro da Academia de Ciências de Lisboa, fora incumbido de liderar uma das mais importantes expedições científicas pelo território colonial brasileiro. Traçando explorações de reconhecimento, percorreu os sertões das antigas capitanias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso durante nove anos (1783 a 1792) com a finalidade de explorar as riquezas e a ocupação da terra no interior do território brasileiro.

Esta expedição se inscreve na modalidade das Viagens Filosóficas, idealizada e financiada pela Coroa portuguesa já no período pós-pombalino (DOMINGUES, 2021), tendo em vista o reconhecimento e controle de suas colônias além-mar. Estas Viagens Filosóficas ocorreram também em outros territórios sob o domínio lusitano, sendo realizadas em Moçambique (1783-1793), coordenada por Manoel Galvão da Silva e outra em Angola (1783-1808), chefiada por José da Silva.

A expedição liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira foi composta por um jardineiro-botânico, Agostinho Joaquim do Cabo, e por dois riscadores (desenhistas), José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Nesta missão buscavam o reconhecimento da natureza brasileira através do estudo dos três reinos: animal, vegetal e mineral, realizando uma completa descrição geográfica de cada região

(COSTA, 2001), pois estes viajantes embarcavam com preocupações principalmente associadas aos estudos relacionados à história natural.

Dessa forma, destaca-se que o trabalho realizado pelo naturalista luso-brasileiro se enquadra dentro da condição de construção de um conhecimento geográfico dos geógrafos-naturalistas, que fornece a base dos processos de descrição das paisagens e de seus elementos compositores (FREITAS, 2004). Sendo assim, a originalidade maior da Viagem Filosófica reside em ser a primeira expedição científica ocorrida na região centro-norte do Brasil, compreendendo as antigas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (LAMARCA, 2015).

À vista disso, pretende-se apresentar com o presente trabalho as contribuições de uma análise interdisciplinar entre os saberes historiográficos, com o intuito de trazer à discussão estudos sobre a compreensão territorial e das questões levantadas acerca da natureza e do povoamento no período colonial brasileiro pelo referido naturalista. Tendo em vista, ainda, a situação do dimensionamento político de investimento da coroa portuguesa nas condições de elaboração da pesquisa enquanto esteve realizando parte de sua expedição na bacia hidrográfica do Rio Negro.

Portanto, esta reflexão revisitará algumas das passagens presentes no seu diário de viagem, frisando a análise dos documentos evidenciados na obra e dos levantamentos bibliográficos a respeito de sua expedição e de seus relatos elaborados entre os anos de 1783 e 1792. Este período compreende a sua exploração geográfica pelas regiões centro-norte do Brasil, que seria tão extensa quanto às expedições de Humboldt e Bonpland pela América Latina (1799 – 1804) e de Spix e Martius pelo Brasil (1817 – 1820).

Com isso, vincula-se a esta análise a identificação e o levantamento de informações, no mencionado diário de bordo do naturalista, sobre as questões históricas no contexto dos séculos passados, as características regionais e os duros embates entre os processos de produção científica da época e suas formulações políticas, diante das condições de seu ambiente de construção do conhecimento. Deste modo, através de um recorte espaço-temporal, pretende-se apresentar as dinâmicas ambientais e históricas evidenciadas na obra.

Serão enfatizados também os aspectos relacionados à descrição da paisagem pelo naturalista, trazendo à luz as intencionalidades identificadas nesta expedição, a fim de extrair desse documento informações referentes àquela região e quais os interesses implícitos e explícitos que vigoravam na produção dessa narrativa (CORRÊA FILHO, 1939; GOELDI, 1982).

Viagem filosófica e o Diário do Rio Negro

A interpretação historiográfica se deu através das memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira descritas em seu diário de viagem pela então Capitania de São José do Rio Negro (futuro estado do Amazonas), procurando apresentar algumas das

heranças e particularidades do passado colonial brasileiro, descrevendo os processos de formação paisagísticos das diferentes regiões estudadas.

Devido a produção elaborada pelo naturalista ser equivalente ao seu trajeto percorrido pelo território brasileiro, abrangendo os territórios das antigas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, foi-se necessário optar por apenas alguns de seus documentos que evidenciassem a expedição realizada. Assim sendo, o texto selecionado para o desenvolvimento deste estudo diz respeito ao *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro* que apresenta um único período da viagem, ocorrido entre agosto de 1785 e janeiro de 1786. Sobre esta expedição fora concebido este diário, na forma de relatórios e dividido em duas partes, apresentando as "participações" do alto e baixo Rio Negro.

A edição do *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro* analisada é referente às comemorações do bicentenário da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo Brasil. Esta edição é reprodução *fac-similar* da primeira edição publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos seguintes volumes: tomo XLVIII (1), 1885, pp. 1-234; tomo XLIX (1), 1886, pp. 123-288; tomo L (2), 1887, pp. 11-141 e tomo LI (1), 1888, pp. 5-166.

Como exposto no decorrer desta proposta, a expedição liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira produziu um grande volume documental e iconográfico, reunindo inúmeras informações, memórias e coleções dos mais variados prismas do conhecimento, compondo, assim, um conjunto de preciosos subsídios que colaboraram para o conhecimento sobre a região amazônica do século XVIII (LAMARCA, 2015; FERREIRA 1972, 1974).

No entanto, torna-se inviável apresentar nesse momento todas as suas considerações, pelo fato de a obra acerca desta expedição ser extensa e de difícil consulta. Com isso, buscou-se analisar em seu diário os excertos que possuem as possíveis contribuições dos seus estudos no campo do saber geográfico, colaborando para o entendimento da formação territorial do Brasil colonial e sua condição para a construção do pensamento filosófico nesta disciplina, tornando-se fundamental o processo de recuperação das memórias produzidas pelo naturalista, evidenciando a relevância destes documentos produzidos.

Cientista Natural

Nascido na Capitania da Bahia em 24 de abril de 1756, Alexandre Rodrigues Ferreira fora destinado à vida eclesiástica desde muito cedo, por vontade de seu pai, o comerciante lusitano Manoel Rodrigues Ferreira. Inicialmente prepara-se para isto, tomando ordens menores (aos doze anos) em sua província, na cidade de Salvador. Aos quatorze anos de idade, no ano de 1770, o jovem luso americano parte para Portugal e lá se estabelece com o intuito de concluir a sua formação na Universidade de Coimbra, a fim de receber maiores instruções para o exercício das funções eclesiásticas. Contudo, atraído pelas Ciências Jurídicas, Alexandre Rodrigues Ferreira não dá continuidade aos seus estudos eclesiásticos e opta por se matricular,

inicialmente, em Instituta (primeiro ano jurídico) e posteriormente na Faculdade de Leis (1773), porém não comparece no auto de encerramento desta última (COELHO, 2010).

Sua chegada a Portugal coincide com as reformas propostas por Sebastião José de Carvalho e Melo – O Marquês de Pombal, o então primeiro-ministro do reinado de Dom José I (1750-1777), que tinha por intuito promover a reestruturação do ensino superior no país, introduzindo cadeiras que abordassem e trabalhassem o conhecimento científico conforme os pressupostos do Iluminismo, em voga à época (COELHO, 2010, p. 40). Sendo assim,

(...) a reforma levada a cabo pelo Marquês de Pombal em diversos setores do Estado português, vinha atender não só às necessidades político-econômicas do reino, mas aos anseios de uma elite intelectual muito próxima da esfera iluminista (GUIMARÃES, 2007, p. 76).

Naquele momento, a especialização em Filosofia Natural dava conta de "(...) um conjunto enorme de conteúdo, como a física experimental, a química, a história natural (compreendendo as áreas de zoologia, da botânica e da mineralogia), a lógica, a ética e a metafísica" (COELHO, 2010, p. 40). Inserido naquela esfera acadêmica, Alexandre Rodrigues Ferreira volta sua atenção para as Ciências Naturais e a partir de 1774 inicia seus estudos na Faculdade de Filosofia Natural em Coimbra, formando-se após três anos.

Decorrido o ano de 1778, o então Ministro e Secretário de Estado de Negócios e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, juntamente com Domenico Vendelli, naturalista italiano e Catedrático em História Natural na Universidade de Coimbra, planejam uma grande expedição ao Brasil, tendo por início a exploração dos territórios do Pará e do Rio Negro. Contudo, a decisão final da Viagem Filosófica só veio em 1782 (CARVALHO, 1983, p. 6). Em 1783, quando todos os preparativos da expedição estavam concluídos, o naturalista, juntamente com sua equipe técnica, partem de Lisboa na charrua Águia Real e Coração de Jesus com destino a Belém, capital do Grão-Pará.

Após 51 dias de viagem, chegando ao Pará em outubro, Alexandre Rodrigues Ferreira inicia os seus estudos pela grande ilha de Joannes (ou Marajó), seguindo a Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça. Ao final do ano de 1784, o naturalista e sua equipe partem para o Rio Negro, percorrendo até a sua fronteira.

Dentre as funções que Alexandre Rodrigues Ferreira deveria exercer na colônia, as principais eram a de descrever, catalogar e ilustrar todos os seres referentes aos três reinos da natureza (mineral, animal e vegetal) encontrados na Amazônia brasileira, além de inventariar e analisar os aspectos sociais de cada povoamento que visitasse. Nesse sentido, as atividades de Alexandre Rodrigues Ferreira no território brasileiro eram de coletar os mais diversos materiais e de reunir informações úteis ou soluções concretas para os problemas da colônia (FERREIRA, 1974). Portanto, a

expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira pode ser entendida como uma ação que visava mapear as riquezas coloniais e apontar os interesses de caráter estratégico, político e econômico em relação aos territórios explorados (DOMINGUES; ALVES-MELO, 2021).

A preocupação lusitana com a região mais ao norte do país se justificava, de acordo com COELHO (2010, p. 101) por diversos motivos, dos quais: “Primeiramente, havia o desconhecimento da região e (...) em segundo lugar, havia a suspeita de que a imensa bacia hidrográfica guardava riquezas correspondente à sua grandeza”. Com isso, COELHO (2010, p. 101) ainda discorre que a presença lusitana na região, apesar de decorridos quase quinze décadas, não era absoluta, pois

(...) permaneceu, por todo aquele período, território cuja autoridade era disputada por Portugal e Espanha. Inicialmente território espanhol, pelo que dispunha o Tratado de Tordesilhas, de 1494, ele foi sistematicamente ocupado pelos lusitanos, os quais se aproveitaram da União das Coroas Ibéricas. Restabelecido o rei português, as discussões sobre a posse do território se prolongaram por quase setenta anos. Alexandre de Gusmão foi o representante português que concluiu as negociações, das quais resultou o Tratado de Madri, no ano de 1750.

A produção de Alexandre Rodrigues Ferreira resultou em um rico acervo composto por manuscritos, documentos referentes às estratégias geopolíticas de demarcação e delimitação do território, mapas populacionais e agrícolas, além de pranchas contendo ilustrações e memórias relacionadas às respectivas regiões.

Ademais, de todo o esforço de Alexandre Rodrigues Ferreira e de seus auxiliares em relação ao conhecimento da Amazônia, os estudos e levantamentos mais consideráveis e volumosos seriam referentes às coleções de História Natural e de Etnografia, constituindo uma primeira amostragem sistemática daquela região (FERREIRA 1972, 1974, 1983).

Em cada uma das treze participações que constituem o seu diário de viagem ao alto e baixo Rio Negro, informa acerca de tudo o que julga útil de saber sobre aquela região (SOARES; FERRÃO, 2008, p. 196, v. 3), representando grande valor como fonte de conhecimentos, evidenciados pelo naturalista nas inúmeras páginas que contém os seus documentos. À vista disso, investigou exaustivamente as ações do homem na natureza e as questões geográficas relacionadas com a ocupação do território, descrevendo também os inúmeros aspectos regionais relacionados aos estudos fito e zoogeográficos, hidrográficos e limnológicos. Com isso, torna-se evidente, então, que os trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira buscaram estabelecer os interesses administrativos, diplomáticos e estratégicos da metrópole aos do filósofo natural (MORAES et al, 2012, p. 77).

O percurso, então traçado pelos intelectuais do chamado Século das Luzes, propunha uma nova forma de se pensar a filosofia, adotando um caráter pragmático e uma estratégia que compreendia o

(...) abandono de questões especulativas e centravam atenção nos benefícios que a Razão iluminada poderia trazer ao mundo, evidenciando a crença de que o saber que defendiam – de caráter científico – poderia desenvolver uma sociedade melhor e mais justa (COELHO, 2010, p. 30-31).

Assumindo, dessa maneira, uma nova postura frente à sua época, centrada no homem e em seus constantes esforços em buscar a paz e a harmonia, difundindo ideais que se desenvolvessem na “liberdade de ser e sentir, de forma autônoma, sem qualquer mediação que não fosse a dos sentidos”, recusando assim, a existência de qualquer obstáculo que surgisse entre o homem e o seu objeto de conhecimento. Daí se percebe que a razão proposta pelos teóricos iluministas não se confundia com a razão definida pela filosofia cristã, percebendo-se então o caráter revolucionário do pensamento ilustrado na época (COELHO, 2010).

Desta forma, o conhecimento construído por Alexandre Rodrigues Ferreira privilegiou aquilo que fora observado, a fim de lhe influir o que os sentidos lhe traziam. Foi com base nos dados da experiência que produziu suas reflexões. Outrossim, “Alexandre Rodrigues Ferreira operou a partir do binômio chave do pensamento Iluminista: sensibilidade e razão foram os pressupostos de suas reflexões sobre o conhecimento produzido [...]” (COELHO, 2010, p. 158), considerando que o conhecimento deveria servir para garantir a melhoria da vida do homem no mundo e garantir o progresso.

Dessa maneira, o naturalista formulou suas considerações e juízos decorrentes de longas observações prévias, buscando desvendar as leis gerais e as regras constantes subjacentes à realidade. Portanto, a construção do conhecimento deveria ter esse horizonte como meta. Alexandre Rodrigues Ferreira buscou, ainda, demonstrar que o saber acerca do mundo natural não se resumia apenas às descobertas das leis gerais que o regiam e sim, que o conhecimento deveria contribuir também para o progresso moral das sociedades e, por conseguinte, para o progresso da civilização. Em vista disso, a experiência vivida pelo naturalista em sua expedição, cumpriu, portanto, a função de fundamentar a construção e o desenvolvimento de toda a sua produção (COELHO, 2010).

Em relação à metodologia aplicada pelo naturalista, chama-se a atenção do modelo sistemático utilizado referente às classificações zoológicas e botânicas, evidenciando que o empreendimento de Alexandre Rodrigues Ferreira é pioneiro no que se refere à escolha do modelo de classificação lineano, adotado pelas universidades portuguesas à época, enquanto as francesas ainda se viam às voltas com o modelo buffoniano de classificação (MOARES et al, 2012).

Como citado, Alexandre Rodrigues Ferreira produziu uma vasta obra alusiva ao território nos decorridos anos em que esteve à frente da expedição pelo Brasil, resultando em inúmeras monografias, manuscritos e o seu diário pelo Rio Negro. Percorrendo extensas faixas fluviais e realizando investigações em cada povoação, o trabalho de catalogação da Amazônia sob domínio lusitano reuniu dados da maior importância, concentrando valiosas informações sobre a flora, fauna, mineralogia,

agricultura, medicina, etnografia e economia da América Portuguesa (MORAES; SANTOS, 2009).

É necessário frisar também que, sob a ótica oficial, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia tinha mais em comum as estratégias de demarcação territorial, o inventário de bens nas povoações coloniais e as operações político-militares naquela região. Esse papel de inspetor colonial, ora exercido, parecia-lhe deveras trabalhoso, tomando-lhe muito de seu tempo e dificultando suas atividades de cunho científico (FERREIRA, 1983, p. 18).

Com isso, o seu diário de viagem era entendido como o registro da observação enciclopédica desempenhada pelo naturalista (COELHO, 2010). Portanto, não se resumia apenas

(...) a um documento pessoal, mas, tal qual um mapa, permitiria a qualquer um que dele tivesse conhecimento, transitar pela natureza e sociedade do território coberto pela expedição. Não seria o testemunho, portanto, da visão pessoal do naturalista. Antes, por ser o relato de uma viagem que buscava observar e descrever as coisas na sua constituição intrínseca, seria como um dicionário, garantindo a outros o acesso ao mundo observado. Logo, era visto como um instrumento de socialização do conhecimento construído. (COELHO, 2010, p. 110).

Apesar do naturalista tecer diversas reflexões acerca das mais variadas esferas do território, o seu principal campo de conhecimento era a botânica. Seus estudos abarcavam a descrição científica de muitos espécimes que compreendiam "(...) desde os musgos e gramíneas até a grande quantidade de palmeiras, além de descrever plantas como o guaraná, a seringueira, o cupuaçu, os maracujás, a pupunha, as orquídeas e os cactos" (SOARES e FERRÃO, 2008, p. 7, v. 1). Como botânico, esteve encarregado também de examinar quais as plantas locais que melhor se adaptariam ao cultivo, analisando a agricultura do café, do algodão, do arroz, da mandioca e do anil, entre outras (SOARES e FERRÃO, 2008, v. 1).

No entanto, a expedição foi resultante de um empreendimento muito mais produtivo e em tudo afeito ao espírito das Luzes (COELHO, 2010), pois mais do que um relato das possibilidades econômicas do território, Alexandre Rodrigues Ferreira ofereceu um apanhado crítico de tudo o que constatou. Ele exercitou a sua condição de cientista ilustrado na observação da natureza e da ação do homem português (COELHO, 2010, p. 111). Dessa forma, para desenvolver os seus estudos, o naturalista trazia consigo 11 livros, um mapa do rio Amazonas, além de 17 volumes com 424 itens de equipamento (CARVALHO, 1983).

Empreendendo a viagem pelo Rio Negro nesse período, transcreve acidentes geográficos, igrejas, casa do diretor, porto das canoas, armazéns, casas de moradia, agricultura (café, cacau, arroz, feijão, mandioca, algodão e anil), manufatura, comércios e detalhes históricos das povoações em que estivera (CARVALHO, 1983). O naturalista evidencia também as características naturais do ambiente, como por

exemplo, a chuva demasiada e intempestiva e os aspectos relacionados aos estudos pedológicos, litológicos e geomorfológicos, além de sintetizar as descrições dos rios que conheceu na Amazônia, apresentando diversas observações a respeito das particularidades limnológicas da região (FERREIRA, 1983).

Dando sequência às explorações do Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira examina ainda às características hidrológicas, se atentando aos córregos, lagos, igarapés e às inúmeras cachoeiras presentes ao longo dos cursos de água, constatando as dificuldades das viagens fluviais por aquele território (FERREIRA, 1983). E nesta importante participação geral, Alexandre Rodrigues Ferreira relata, como compêndio, tudo sobre a região que compreendia o referido rio:

(...) sua história, cor das águas, navegação, instruções sobre os espanhóis, foz, extensão até Cucuí, direção, largura, profundidade, leito, margens, ilhas, pedrarias, rios que nele desaguam, gentios, fortalezas, povoações, habitantes, governo, população, agricultura, comércio, manufaturas, clima, dietética e enfermidades. Anexa uma relação de animais silvestres caçados ou pescados pelos índios, mapa dos habitantes e lista dos governadores (1758 – 1786) (CARVALHO, 1983, p. 44).

Dessa maneira, o naturalista ressalta ainda que

(...) sobre o estado presente dos estabelecimentos portugueses nas duas partes superior e inferior do Rio-Negro, e concluída pelo modo, que eu melhor a pude circunstanciar em todas e cada uma das treze participações, que constituem um corpo de história geral e particular d'este rio, n'esta que é a sétima e a última da segunda parte, desembaraçar-me-ei de uma tarefa que ainda me falta. Ella consiste em resumir tudo o que tenho escripto difuzamente, e substancial-o de modo que, sem ser preciso fatigar-se V. Ex., para ajuntar idéas espalhadas de baixo de determinados pontos de vista, possa vêr e informar-se de tudo o que julgo mais util de se saber sobre aquella parte do Rio-Negro somente, que eu tenho visto e que do dia de hoje continúa a ser navegada e colonizada pelos Portuguezes (FERREIRA, 1983, p. 589).

Em seguida, passa a detalhar as características naturais do mencionado rio e as particularidades relacionadas à agricultura da região, os costumes, o povoamento, os habitantes, a dietética, as enfermidades dentre outros. Através dessa participação também é possível identificar a ordenação territorial que a Capitania do Rio Negro possuía, sendo constituída por 67 tribos indígenas, 26 povoações e quatro fortalezas. Correlacionando estas informações evidenciadas em seu diário e memórias, nota-se a importância dos estudos de Alexandre Rodrigues Ferreira às inúmeras áreas do conhecimento, evidenciando os diversos aspectos daquela porção do território (FERREIRA 1972, 1974, 1983).

Considerando os aspectos físicos do Rio Negro e dos outros trinta rios que desembocam no mesmo, nesse momento, na análise de suas águas, o naturalista elabora as suas observações através das treze participações escritas, caracterizando o dito rio de maneira detalhada:

Reflectirei agora, que este é um rio, aonde vivem e morrem infinitos quadrupedes, aves, amphibios, peixes, insectos e vermes. Que é um rio bordado de infinitas plantas, cujas raizes, troncos, ramos, folhas, flôres, fructos, gomas, rezinas e gomas-rezinas incessantemente fermentam, apodrecem e se resolvem nos seus principios, como sam os saes, os oleos e as terras, que as compoem. Que é finalmente um rio, que arrasta comsigo infinitas particulas de substancias terreas, salinas, sulphureas e metallicas, ou sejam das serras, d'onde elle desce, ou das margens, por onde passa. Que o ferro porem, entre as outras substancias heterogeneas, é a que mais domina n'ella e a que mais concorre para a referida côr, assim como para a que tem a agua dos rios das Amazonas e dos Solimões concorre o barro de innumeraveis terras cahidas, sem ser preciso recorrer desde já a analyses delicadas (...) (FERREIRA, 1983, p. 594-595).

Elaborando suas anotações a respeito das características gerais da capitania, o naturalista detalha também o clima característico da região do Rio Negro, expondo possíveis moléstias que poderiam ocorrer, citando como causas as elevadas precipitações, oscilações da temperatura durante o dia e incidência de raios, sugerindo então, que os edifícios do povoamento fossem adaptados de maneira que suportassem aquelas circunstâncias. Além do mais, suas críticas eram constantes a respeito das precárias condições em que se encontravam as vilas e os povoados que explorara.

Referentes às suas observações concernentes aos aspectos da terra, durante o seu trajeto aponta a presença de serras e outeiros, descrevendo em cada povoação a formação litológica de suas margens e a composição dos principais minérios (COELHO, 2010). Suas narrativas também expunham os conflitos locais, as condições instáveis que se encontravam os povoados, os regimentos e fortalezas e os aldeamentos. Contudo, apesar de assumir uma postura crítica em determinadas passagens de sua narrativa, no decorrer da expedição o naturalista se mostra negligente a respeito das condições sociais evidenciadas na colônia e seus duros embates, adotando uma postura omissa, sobretudo, referente ao aprisionamento de indígenas e às violentas condições impostas aos africanos escravizados no território.

A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira teve duração de 9 anos e 3 meses e a extensão total percorrida nesse período foi de aproximadamente 39.372 quilômetros (CARVALHO, 1983). A originalidade maior de sua expedição reside em ser a primeira de cunho científico realizada na região centro-norte do Brasil, compreendendo as antigas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (LAMARCA, 2015).

A partida de regresso do naturalista para Belém, deu-se em 3 de outubro, atingindo aquela cidade em 12 de janeiro de 1792. A sua partida para Lisboa ocorreu em 15 de outubro e a sua chegada a Portugal se deu em fevereiro de 1793 (CARVALHO, 1983).

Retornando a Lisboa, o filósofo natural foi recebido com honrarias e recompensado pelos serviços prestados à Coroa. Em um primeiro momento, é designado ao cargo de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (NETO, 2012). No decorrido ano de 1794 é condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo pela rainha D. Maria I (MORAES; CAMPOS; SANTOS, 2011) e pouco tempo depois é nomeado administrador interino do Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico e anexos (NETO, 2012).

Porém, aos poucos o naturalista acabou sendo afastado, devido às obrigações administrativas, da incumbência tão almejada que seria a análise aprofundada, catalogação dos materiais coletados e a posterior publicação de seus manuscritos acerca dos sertões do Brasil. No entanto, naquele momento, Portugal acompanhava de perto a ocupação de seu território pelas tropas do exército francês em plenas ações expansionistas (1807), fato este que acarreta na expropriação e espólio das coleções de história natural existentes em solo lusitano, incluindo as obras do autor.

Embora alguns de seus escritos e materiais iconográficos tenham retornado oficialmente a Lisboa após a ocupação francesa, o saque promovido ocasionou a fragmentação do acervo que compunha a Viagem Filosófica e muitas das peças reunidas pelo naturalista se encontravam dispersas por instituições culturais, contudo sem memória ou menção de quem as coletou (NETO [em]: FERREIRA, 1983). Inúmeros esforços ao longo dos anos foram feitos através da ação conjunta de diversos institutos e museus, objetivando a recuperação das coleções do naturalista e de seus manuscritos.

Considerações Finais

Através das participações expostas no seu diário de viagem pelo Rio Negro, foi possível identificar as minuciosas descrições elaboradas a respeito dos territórios que explorara, tecendo observações e analisando os diversos aspectos que o compunham. Descrevera o uso, a ocupação e a conservação daqueles ambientes, elaborava inventários das povoações por onde passara, informava a respeito de cada aldeamento indígena e as suas características etnográficas.

Quanto às suas observações dos ambientes naturais, o naturalista relatava a fauna e a flora, principalmente as particularidades hidrográficas e limnológicas da região. Expunha também as condições climáticas e os diversos aspectos relacionados às morfologias dos terrenos, avaliando as condições do solo, da geomorfologia e da litologia.

Como visto no decorrer destas linhas, os materiais produzidos pelo naturalista são inúmeros e suas contribuições também. Portanto, foi-se necessário privilegiar certos pontos a serem expostos nessa proposta, pois as memórias

elaboradas pelo naturalista continham inúmeras informações a respeito das regiões exploradas, visto que seus objetivos principais em território brasileiro postos pela Coroa lusitana era o de inventariar, descrever, catalogar e coletar materiais referentes ao território e que, através do conhecimento preciso daquela ampla extensão, fosse possível a delimitação de suas fronteiras, a fim de manter assegurada a ocupação territorial portuguesa naquela região.

Portanto, sua função, enquanto esteve frente à expedição, fora exercida, sendo avaliadas e descritas profusas particularidades daquele território, privilegiando em determinados momentos, tópicos voltados para o desenvolvimento da agricultura local e cultivo de espécimes que contribuíssem para as relações comerciais.

Sendo assim, visto o conhecimento gerado pelo naturalista, estes documentos se tornam essenciais para o entendimento historiográfico do Brasil colonial. Desse modo, a proposta deste trabalho veio com o intuito de recuperar as memórias do naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, trazendo à luz parte de sua produção científica, para em seguida apresentar este breve ensaio, a fim de correlacionar os seus estudos desenvolvidos na região norte do Brasil às análises de cunho geográficas. Dessa forma, destacar o papel e a importância do conhecimento da formação territorial do Brasil e sua condição de elaboração das bases do conhecimento geográfico da região Norte para o período colonial brasileiro.

Buscou-se ainda, através da análise de seu diário de viagem e de suas memórias, não esgotar a discussão referente à esta expedição, mas apresentar algumas das contribuições de seus escritos e produção iconográfica para o conhecimento das paisagens naturais e os aspectos historiográficos daquele período.

Hoje, grande parte de sua obra se encontra nos acervos da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional, ambas as instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro (RJ), compondo a coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Coleção esta que se constitui de seus manuscritos produzidos durante a expedição e documentos sobre o naturalista e a sua expedição. Integram também 191 documentos textuais e cerca de 1.500 desenhos representando a iconografia produzida pelos dois desenhistas da expedição, retratando a etnografia, a fauna e a flora do Brasil no século XVIII.

Bibliografia

- CARVALHO, J. C. de. M. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793): Uma síntese no seu bicentenário*. Belém: CNPq/ Museu Paraense Emílio Goeldi/UFPA, 1983.
- COELHO, M. C. *A epistemologia de uma viagem: Alexandre Rodrigues Ferreira e o conhecimento construído na viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.
- CORREIA FILHO, V. *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- COSTA, M. de. F. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 8, p. 993-1014, 2001.
- DOMINGUES, A. M. V. No trilho da 'viagem filosófica' de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história das suas coleções e sua disseminação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 16, n. 3, 2021.
- DOMINGUES, A.; ALVES-MELO, P. *Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792*. *Ler História*, n. 78, 2021.
- FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792 (Memórias Zoologia e Botânica)* [introdução de José Cândido de Melo Carvalho]. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792 (Memórias Antropologia)* [introdução de Eduardo Galvão e Carlos A. Moreira Neto]. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.
- FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. [introdução de Carlos de Araújo Moreira Neto]. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, 1983.
- FERREIRA, A. R. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. Petrópolis: Kappa, 2008.
- FREITAS, I. A. de. A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes. *Terra Brasilis (Nova Série)*, v. 6, p. 1-27, 2004.
- GOELDI, E. A. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- LAMARCA, E. T. *Alexandre Rodrigues Ferreira e sua Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). FFLCH/USP. São Paulo: USP, 2015.
- MORAES, A. C. R. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- MORAES, E. M. A. de; SANTOS, C. F. M. dos. Um iluminista na América Portuguesa: as memórias do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no Século XVIII. n: LANSAC TÔHA, F. A.; BENEDITO, E.; OLIVEIRA, E. F. de (orgs). *Contribuições das Teorias Ecológicas e da História da Ciência para a Limnologia*. Maringá: EDUEM, 2009.
- MORAES, E. M. A. de; SANTOS, C. F. M. dos; CAMPOS, R. D. da S. *Filosofia Natural Lusa: a Viagem Philosophica e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista*. *Confluenze: Rivista di Studi Iberoamericani*, v. 4, n. 1, p. 75-91, 2012.
- MOREIRA LEITE, M. L. *Naturalistas Viajantes*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 1, n. 2, p. 7-19, 1995.
- NETO, M. *Alexandre Rodrigues Ferreira: um naturalista brasileiro na Amazônia, século XVIII*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 456, n. 173, p. 211-238, 2012.

The philosophical journey of naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira through the Captaincy of Rio Negro: physiography and territorial descriptions in 18th century Brazil

From 1783 to 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira accomplished the most important scientific expedition undertaken by the lusitanian Crown for the recognition and domination of its colonies overseas. In his expedition, the naturalist made analysis about the use and occupation of the territory, elaborated ethnographic descriptions and collected materials from the mineral, animal and vegetable kingdoms, traveling in the period in which he was ahead of this journey, approximately 40.000 km. He presented the natural and social aspects of the Brazilian territory, elaborating memories and descriptions of the landscapes and each region he had investigated. This study seeks to present the contributions of his travel reports, especially his diary, written during the exploration period of the Rio Negro regions, the objectives that were implicit in this expedition, and the importance of his descriptions.

KEYWORDS: philosophical journey, naturalist, expedition, diary, memoirs.

El viaje filosófico del naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira por la Capitanía de Rio Negro: fisiografía y descripciones territoriales en el Brasil del Siglo XVIII

Entre los años de 1783 y 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira llevó a cabo la expedición científica más importante emprendida por la Corona lusitana para reconocer y dominar sus colonias en el exterior. En su expedición por el interior de Brasil, el naturalista analizó el uso y ocupación del territorio, elaboró descripciones etnográficas y recogió material de los reinos mineral, animal y vegetal, abarcando el período en el que estuvo al frente de esta empresa, aproximadamente 40.000 km. Buscó presentar los diversos aspectos naturales y sociales del territorio brasileño, elaborando memorias y descripciones de paisajes y sobre cada región que había investigado. El objetivo de este estudio busca analizar los aportes de sus reportajes de viaje, las intenciones de esa expedición y la importancia de las descripciones elaboradas.

PALABRAS CLAVE: viaje filosófico, naturalista, expedición, diario, memorias.